



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

As luzes deslumbrantes afectam a saúde e o ambiente, e é premente legislar para controlar a poluição luminosa

Há dias, uma associação ambientalista, observadores de aves e praticantes de *hiking* apresentaram ao Chefe do Executivo um abaixo-assinado, com mais de 500 assinaturas, exigindo a proibição dos holofotes das concessionárias do jogo, para repor o sossego das noites do Cotai, e proteger o ambiente natural adequado para a vida e as actividades dos animais e plantas. Na realidade, a Faixa do Cotai, repleta de construções das concessionárias do jogo, é uma importante zona de conservação ecológica, e as aves migratórias podem cair ou bater contra os edifícios, devido à perda de visão temporária provocada pela luz forte dos holofotes.

De acordo com os dados divulgados pela *Hong Kong Bird Watching Society*, no anual Censo Internacional sobre os Colhereiros-de-cara-preta¹, em 2022, só 22 aves desta espécie vieram passar o Inverno em Macau, o que significa uma redução de metade do número registado em 2021, isto é, 45. Segundo o último Relatório do Estado do Ambiente de Macau², de 2020, elaborado pela Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), foram observados, nesse ano, 54 colhereiros na zona

¹ Hong Kong Bird Watching Society, Censo Internacional sobre os Colhereiros-de-cara-preta (2022), <https://www.hkbws.org.hk/cms/en/hkbws/work/endangered-species/bfs-en/bfs-census-2022-eng>

² Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2020, página 57, https://www.dspa.gov.mo/Publications/StateReport/2020/2020_pt.pdf



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de conservação ecológica do Cotai, número semelhante aos anos anteriores, mas, bastante inferior ao recorde dos últimos dez anos, registado em 2014, isto é, 63³.

A poluição luminosa dos painéis publicitários e iluminações decorativas no exterior dos edifícios afecta também o dia-a-dia dos moradores nas zonas vizinhas, provocando mesmo impacto psicológico e endocrinológico. Os dados da DSPA⁴ revelam que em 2021, foram recebidas 112 queixas relacionadas com a poluição luminosa, representando um aumento de 51,4% em relação ao número de 2020, isto é, 74, o que indicia o agravamento do impacto para os residentes. Entre estas queixas, 55 são contra painéis publicitários ou monitores LED no exterior dos edifícios, 45 contra iluminações decorativas dos edifícios (incluindo holofotes), e 12 contra candeeiros de rua ou iluminações dos edifícios fora de Macau. Olhando para o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020), elaborado pela DSPA, o Governo já incluiu, há dez anos, a definição de “normas técnicas e critérios da poluição luminosa” na “lista de critérios e legislação a serem desenvolvidos”, mas não só não cumpriu a promessa, como também deixou de incluir o controlo da poluição luminosa na respectiva lista do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025), e em todo o documento só se lê uma frase: “proceder, em tempo útil, à revisão e à melhoria do mecanismo de gestão da poluição luminosa”.

³ DSPA, Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2014, página 74, <https://www.dspa.gov.mo/StateReportHTML/2014/pdf/pt/2014pt.pdf>

⁴ DSPA, Sinopse sobre os trabalhos de controlo da poluição luminosa, https://www.dspa.gov.mo/richtext.aspx?a_id=1594107715#



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Para combater a poluição luminosa, o Governo só dispõe das “Instruções para Controlo da Poluição Luminosa Proveniente dos Painéis Publicitários, das Iluminações Decorativas e dos Monitores LED no Exterior dos Edifícios”, definidas em 2008 e actualizadas em 2011 e 2014, e evidentemente, a sua aplicação não está a conseguir os resultados previstos. Nos termos da lei, para a afixação de reclamos e tabuletas comerciais, é preciso pedir licença administrativa ao IAM, e se são luminosos, é obrigatório cumprir as referidas instruções⁵ e entregar a “Declaração de reclamos publicitários luminosos”⁶, portanto, em princípio, o Governo só deve autorizar a instalação quando confirmado o cumprimento das instruções. As instruções abrangem exigências sobre o brilho, duração, intermitência, projecção de sombra, dispersão óptica, etc., mas vêem-se por todo o lado painéis publicitários e iluminações decorativas desconformes com as instruções, e já não vale a pena falar dos painéis, decorações e monitores não comerciais, que podem ser instalados sem o licenciamento. Isto demonstra que há falhas na aplicação da lei, pois no processo de apreciação e autorização, o Governo não está a aplicar rigorosamente as instruções.

Além disso, o consumo de energia dos painéis publicitários e iluminações decorativas no exterior dos edifícios também merece a nossa atenção. Nos primeiros anos após o Retorno de Macau, face à difícil situação económica, o Governo lançou,

⁵ IAM, Licenciamento para a Afixação Permanente de Reclamos e Tabuletas - Requerimento pela 1.^a vez, <https://www.gov.mo/pt/servicos/ps-1131/ps-1131a/>

⁶ IAM, Declaração de Reclamos Publicitários Luminosos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

em 2002, o Programa de apoio para utilização de reclamos luminosos, concedendo um desconto de 20% no respectivo consumo de electricidade aos estabelecimentos comerciais da tarifa A. Passaram-se 20 anos, e na conjuntura actual, o programa já contraria o princípio da protecção ambiental e poupança de energia, e muitos residentes sentem o incómodo da poluição luminosa. Isto é precisamente uma boa prova de que o Governo nunca prestou atenção, nem cumpriu devidamente o seu dever quanto à redução de emissões.

Mais, o Interior da China, Hong Kong, Taiwan, Japão, Coreia do Sul e Austrália implementaram sistemas tarifários de electricidade em escalas. O Governo chegou a realizar duas consultas públicas sobre esta medida, no sentido de promover a poupança de energia e aliviar a pressão das famílias e PME com a factura de electricidade, e incentivar as grandes empresas a economizar energia recorrendo à alavanca do preço, através da aplicação de tarifas mais elevadas, em cumprimento do princípio do “consumidor-pagador”. Porém, já se passaram quase dez anos, e o Governo ainda não implementou o sistema, nem divulgou a respectiva calendarização.

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. As normas técnicas e critérios da poluição luminosa foram incluídas, há dez anos, na “lista de critérios e legislação a serem desenvolvidos” do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020), então, por que razão é que o trabalho não se concretizou? Porque é que estas normas não foram incluídas na lista do planeamento 2021-2025? O Governo sempre vai legislar sobre o controlo da poluição luminosa?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. Apesar da definição das Instruções para Controlo da Poluição Luminosa Proveniente dos Painéis Publicitários, das Iluminações Decorativas e dos Monitores LED no Exterior dos Edifícios, e da obrigatoriedade do seu cumprimento no procedimento de licenciamento dos reclusos luminosos comerciais, vêem-se por todo o lado painéis publicitários, iluminações decorativas e monitores LED desconformes com as regras. Na apreciação e autorização dos pedidos para a respectiva instalação, como é que o Governo assegura que estes equipamentos cumpram as exigências das instruções? O Governo vai analisar as falhas no actual procedimento de apreciação e autorização e na aplicação da lei? De que mecanismo de resolução é que o Governo dispõe para os painéis publicitários e iluminações decorativas comerciais e não comerciais desconformes com as instruções?

3. O Programa de apoio para utilização de reclusos luminosos está em vigor há 20 anos, e já contraria os actuais objectivos de poupança de energia e protecção ambiental. O sistema tarifário de electricidade em escalas, que visa promover a poupança energética, e aliviar a pressão das famílias e PME, foi objecto de consulta pública há quase dez anos, mas ainda não foi implementado. O Governo vai acabar com o programa? Porque é que o sistema tarifário em escalas se arrasta há tantos anos, e ainda não foi implementado? Há calendarização para a sua implementação?

6 de Maio de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou